

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



**UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA**

**Adis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700 Fax: 5517844
Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)**

**CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Primeira Sessão Ordinária
9 - 13 de Julho 2012
Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/720(XXI)ii
Original: Inglês**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE PROGRAMAS E CONFERÊNCIAS

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DE PROGRAMAS E CONFERÊNCIAS

I. INTRODUÇÃO

1. O Subcomité de Programas e Conferências do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) realizou três sessões como se segue, 12 e 13 de Março, 16 e 17 de Maio, e 21 de Maio de 2012. A primeira e segunda sessões foram realizadas sob a Presidência da Dra. Monica Juma, Embaixadora do Quênia na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e Comissão Económica para África (CEA). A terceira sessão foi presidida por Sua Excelência Sr. Mamodou Jallow, Embaixador da Gâmbia na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e CEA. O Sr. Mamodou presidiu a reunião em nome da Dra. Juma, que se encontrava fora do país em missão oficial. Participaram todos os membros do Subcomité. A primeira reunião contou igualmente com a participação do Vice-presidente, Sr. Erastus Mwencha.

2. A Primeira Sessão do Subcomité de Programas e Conferências reuniu-se no dia 28 de Fevereiro de 2012 para planificar as suas áreas de trabalho durante o ano. Concretamente, a reunião elaborou o plano de trabalho do subcomité, que inclui os seguintes elementos:

- i. Termos de Referência para o Subcomité do CRP de Programas e Conferências;
- ii. Análise do Documento sobre o Quadro Orçamental de 2013 que orientará a preparação do Orçamento de 2013;
- iii. Orientação para a preparação do novo Plano Estratégico em termos de:
 - Avaliação do desempenho do Plano Estratégico 2009-2012;
 - Concept Note containing the approach, including the methodology and road map.

Revisão das diversas fases no desenvolvimento do novo Plano Estratégico

3. O Subcomité debateu igualmente as modalidades de trabalho e o reforço das sinergias com outros Subcomités, particularmente o dos Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros. A este respeito, o Subcomité constatou que enquanto existiam áreas de interesse comum entre ambos os documentos, também existiam áreas particularmente singulares para cada um.

4. Foi acordado que o Subcomité dos Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros iria se concentrar sobre outras questões administrativas e financeiras, incluindo a auditoria e revisão dos salários e de outras regalias.

5. Foi acordado que a Sessão Conjunta dos dois Subcomités iria discutir os seguintes assuntos:

- Relatório Anual da Execução Orçamental; e
- Projecto de Orçamento de 2013.

6. Conforme o caso, o Subcomité de Programas e Conferências tratou dos pontos 2(i-ii) total e parcialmente 2(iii). O resto do trabalho será realizado na segunda metade do ano, uma vez que se relaciona com o processo do desenvolvimento do novo Plano Estratégico.

SESSÃO 1

II. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS E DA AGENDA

7. O Subcomité reuniu-se durante dois dias, de 12 a 13 de Março de 2012. Foram analisados e adoptados os seguintes pontos da agenda:

- i. Discurso de abertura
- ii. Termos de Referência para o Subcomité do CRP de Programas e Conferências;
- iii. Análise do Documento do Quadro Orçamental de 2013.
- iv. Análise da Relatório de Avaliação sobre a Implementação do Plano Estratégico 2009-2012, da Comissão da União Africana(CUA)
- v. Diversos.

III. DISCURSO DE ABERTURA

8. No seu discurso de abertura, na primeira sessão, a Presidente informou que o objectivo da reunião era analisar o Documento sobre o Quadro Orçamental de 2013 que visa proporcionar orientações gerais para as actividades da CUA durante 2013. Solicitou, por conseguinte, os participantes a procederem a um sério debate sobre o documento com vista a fornecer à CUA as contribuições e orientações necessárias sobre o próximo processo orçamental.

9. Na sua intervenção, Sua Excelência o Vice-presidente salientou o contexto e a importância do Documento como um instrumento de referência para as actividades da Comissão no processo de orçamentação. Realçou o facto de que era o terceiro ano consecutivo em que a Comissão tinha elaborado esse Documento que se revelou ser útil. Solicitou os participantes a concederem a devida atenção ao Documento.

IV. TERMOS DE REFERÊNCIA (TDRs) PARA O SUBCOMITÉ DE PROGRAMAS E CONFERÊNCIAS

10. A reunião observou que apesar de existir há algum tempo, o Subcomité não tem Termos de Referência (TdRs) que definem o seu mandato e funções. Recomendou-se assim a elaboração de TdRs para proporcionar uma melhor orientação às operações do Subcomité. Neste sentido, a Comissão foi solicitada a elaborar os TdRs que devem ser submetidos e analisados na próxima reunião do Subcomité.

V. ANÁLISE DO DOCUMENTO SOBRE O QUADRO ORÇAMENTAL DE 2013

11. O Director de Planeamento, Monitorização e Avaliação de Políticas Estratégicas e Mobilização de Recursos (SPPMERM) apresentou o Documento sobre o Quadro Orçamental de 2013 salientando o contexto em que o Documento foi elaborado, i.e. que o Orçamento de 2013 seria um orçamento provisório e que se deveria concentrar na implementação da agenda incompleta do Plano Estratégico de 2009-12. Realçou igualmente o objectivo, execução do orçamento anterior, princípios do orçamento, bem como Programas e Projectos Emblemáticos, incluindo as propostas das modalidades de execução e as perspectivas do orçamento.

Debates

12. Nos debates, o Subcomité fez as seguintes observações e recomendações:

- a. O Subcomité recomendou que o Documento sobre o Quadro Orçamental de 2013 deve ter um “Prefácio”, e o prefácio deve incluir mais estatísticas sobre as realizações em várias áreas e sublinhar importância da África no contexto global, i.e, mostrar o futuro e perspectivas e situar neste processo a União Africana.
- b. O Subcomité recomendou igualmente que o Documento sobre o Quadro Orçamental de 2013 deve definir o contexto em que o Orçamento de 2013 estava a ser elaborado, ou seja, que era um orçamento provisório; que se estava a proceder à apreciação do Plano Estratégico de 2009-12 antes da elaboração do novo Plano Estratégico; que o Orçamento de 2013 seria um orçamento de toda a União que toma em devida consideração as questões de complementaridade e subsidiariedade.
- c. Recomendou-se igualmente que a CUA deve empreender esforços no sentido de elaborar um Quadro de Médio Prazo para a UA com base no qual tanto a CUA como os Órgãos da UA delinearão as suas orientações estratégicas.
- d. A reunião exprimiu também a necessidade de realçar o actual tema de “Promoção do Comércio Intra-Africano” como um dos elementos fundamentais da integração de África.
- e. Além disso, o Subcomité evocou que 2013 seria o primeiro ano da operacionalização dos Comitês Técnicos Especializados (CTEs) e que, por isso, a sua priorização e implicações financeiras se devia destacar no orçamento.
- f. Relativamente ao objectivo do Orçamento, o Subcomité recomendou que o Documento deve reflectir o facto de que o orçamento que está a ser elaborado é um orçamento de toda a União e não apenas Orçamento da CUA e que os projectos a serem implementados durante a vigência do Orçamento de 2013 seriam os que não foram concluídos em 2012 e

quaisquer novos projectos resultantes das Decisões do Conselho e da Conferência de 2012.

- g. O Subcomité discutiu igualmente a execução orçamental passada da CUA e solicitou à Comissão para que fornecesse mais informações, particularmente a execução dos orçamentos de funcionamento e de programas, destacando a relação e a proporção entre esses dois pontos.
- h. Relativamente aos desafios enfrentados na execução do orçamento, o Subcomité solicitou à Comissão a especificar os desafios destacando questões como relações com Parceiros, atraso no desembolso de fundos, atraso na elaboração de relatórios, atraso na realização de auditorias e implementação de projectos fora do orçamento.

13. Relativamente aos pré-requisitos e pressupostos do orçamento, o Subcomité concordou com o seguinte:

Pré-requisitos

- i. Ênfase nos resultados ao invés de actividades (Gestão Baseada em Resultados);
- ii. Tomar em consideração as taxas de execução orçamental de programas dos anos anteriores;
- iii. O aumento da eficiência e eficácia na utilização dos recursos;
- iv. Eliminação das operações extra-orçamentais e inclusão no quadro orçamental de todos os projectos identificáveis a nível de todos os departamentos;
- v. Provisão de um quadro de indicadores para uma monitorização, avaliação e elaboração de relatórios eficaz;
- vi. Cumprimento do tecto orçamental de 5% no concernente ao incremento dos recursos pelos Estados-membros;
- vii. Consistência e uniformidade no cálculo das rubricas orçamentais a nível de todos os Departamentos.
- viii. Observância dos princípios de subsidiariedade e de complementaridade;
- ix. Observância do Regulamento Financeiro da UA, bem como das directrizes fornecidas pelo CRP e seus Subcomités.

14. Pressupostos sobre o Orçamento Operacional e de Programas

a) **Orçamento Operacional**

- i. Custos adicionais com o recrutamento de pessoal, que não deve exceder 100 pessoas;
- ii. Aumento de um escalão salarial do pessoal existente com base no desempenho satisfatório;
- iii. Custos operacionais e de manutenção adicionais decorrentes da utilização do novo Complexo de Conferências da CUA;
- iv. Custos relacionados com a operacionalização dos CTE em 2013, conforme mandatado pela Conferência da UA.

b) Orçamento de Programas

- i. Os Orçamentos de Programas de todos os Órgãos da UA terão um incremento Zero em relação ao orçamento de 2012;
- ii. Irá manter os mesmos projectos aprovados em 2012, a menos que sejam concluídos. Nenhum projecto de vulto será iniciado;
- iii. Irá incorporar actividades destinadas a implementar as novas Decisões do Conselho Executivo e da Conferência da UA tomadas em Janeiro de 2012;
- iv. Custos com a celebração dos 50 anos da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) e 10 anos da criação da UA. Estes custos também irão incluir uma avaliação abrangente das conquistas e desafios enfrentados durante os 10 anos da UA e do seu Programa NEPAD.
- v. Irá tomar em consideração o facto de que, no espírito do Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP), nem todos os projectos previstos para um determinado ano podem ser concluídos, mas que em vez disso, pode-se usar uma abordagem faseada.

15. No final da primeira sessão, o Subcomité adoptou o Documento sobre o Quadro Orçamental de 2013 com as alterações introduzidas.

SESSÃO 2

16. A segunda sessão do Subcomité foi realizada nos dias 16 e 17 de Maio de 2012 e concordou com a seguinte agenda:

- i. Discursos de Abertura
- ii. Análise dos Termos de Referência do Subcomité de Conferências e Programas
- iii. Confirmação e Adopção do Documento sobre o Quadro Orçamental de 2013
- iv. Análise do Relatório de Avaliação da Implementação do Plano Estratégico 2009-2012 da Comissão da União Africana
- v. Diversos

VI DISCURSO DE ABERTURA

17. No seu discurso de abertura, o Presidente lembrou o Subcomité que a sessão era uma continuação da reunião realizada nos dias 12 e 13 de Março de 2012, e que dadas as limitações de tempo iriam dar prioridade aos pontos (ii) e (iii) da agenda acima. Foi acordado que o ponto (iv) da agenda deveria ser analisado e tratado em tempo oportuno, uma vez que era diferente dos outros pontos da agenda. Salientou ainda que a ênfase seria de analisar e confirmar se a Comissão tinha incorporado as recomendações do Subcomité no documento.

VII ANÁLISE DOS TERMOS DE REFERÊNCIA REVISTOS

18. O Director de Planificação Estratégica, Monitorização e Avaliação de Políticas, e Mobilização de Recursos (SPPMERM) apresentou os TdRs destacando o contexto, mandato e funções do Subcomité.

19. O Subcomité analisou o Projecto de Termos de Referência (TdR) revisto conforme elaborado pela Comissão. O Subcomité elogiou a Comissão pela elaboração dos Termos de Referência e fez comentários adicionais a fim de aperfeiçoá-los.

20. A Comissão tomou nota das observações feitas pelo Subcomité e emendou os Termos de Referência em conformidade. A Comissão tomou nota especial da instrução de “assegurar que a CUA, a não ser em situações excepcionais, não convoque reuniões e conferências um mês antes das Cimeiras de Janeiro e Junho.”

RECOMENDAÇÕES

21. O Subcomité acordou em recomendar a adopção dos seus Termos de Referência pelo CRP.

VIII ANÁLISE DO DOCUMENTO SOBRE O QUADRO ORÇAMENTAL REVISTO

22. O Subcomité analisou o Projecto de Documento sobre o Quadro Orçamental tal como revisto pela Comissão na sequência das recomendações feitas durante a primeira sessão do Subcomité e propôs as seguintes alterações adicionais:

- a) A reunião recomendou a Comissão a fornecer informações sobre as taxas de absorção orçamental dos orçamentos operacionais e de programas em relação aos fundos disponíveis;
- b) Recomenda-se igualmente que seja feita uma comparação entre a contribuição dos Estados-membros e dos Parceiros para o orçamento Geral e não apenas para o Orçamento de Programas. O Subcomité também concordou que o valor do orçamento geral deve incluir financiamento suplementar a fim de apresentar um quadro claro das taxas de absorção;
- c) Com relação aos desafios enfrentados na execução do orçamento, observou-se que os desafios eram de natureza transversal a nível de todas as seis áreas programáticas;
- d) Com relação aos pré-requisitos do orçamento, o Subcomité esclareceu que os projectos a serem implementados em 2013 irão incorporar os que estavam pendentes no Plano Estratégico 2009-2012 e os que emanaram das decisões da Cimeira de Janeiro de 2012;
- e) Em relação aos pressupostos do orçamento de 2013, a reunião concordou que os orçamentos de programas para todos os órgãos da UA terão um crescimento zero em relação ao orçamento de 2012;
- f) No que diz respeito aos fundos de Parceiros, a reunião decidiu que o orçamento deve reflectir fundos garantidos e não meras promessas;

- g) A reunião aconselhou a CUA a rever as tabelas de disponibilidade de fundos com vista a incorporar os últimos dados e oferecer assim um melhor quadro da situação de financiamento.

IX RECOMENDAÇÕES

- a. O Subcomité confirmou que as emendas necessárias já tinham sido feitas pela Comissão e que o Documento do Quadro Orçamental proporcionava uma direcção adequada para a preparação do Orçamento de 2013.
- b. À luz do acima exposto, o Subcomité acordou em recomendar ao CRP, a adopção do Documento do Quadro Orçamental de 2013.

SESSÃO 3

X INTRODUÇÃO

23. A terceira sessão do Subcomité foi realizada no dia 21 de Maio de 2012 sob a Presidência do Embaixador da Gâmbia junto da Etiópia, que é também Representante Permanente da Gâmbia junto da União Africana e da CEA, Sua Excelência M Sajo Jallow. Presidiu a reunião em nome da Embaixadora do Quênia junto da Etiópia, que é também Representante Permanente do Quênia junto da União Africana e da CEA, Sua Excelência Dra. Monica Juma, que é Presidente efectiva do Subcomité. Sua Excelência Mamosadinyana P.J. Molefe, Embaixadora do Botswana junto da Etiópia e Representante Permanente do Botswana junto da União Africana e da ECA, ajudou a presidir uma parte da sessão.

XI ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS E DA AGENDA

24. O Subcomité analisou e adoptou a seguinte agenda:
- i. Discurso de Abertura
 - ii. Análise do Relatório de Avaliação da Implementação do Plano Estratégico 2009-2012 da Comissão da União Africana (CUA)
 - iii. Diversos

XII DISCURSO DE ABERTURA

25. No seu discurso de abertura, o Presidente saudou todos os presentes e informou que estava a presidir a reunião em nome da Dra. Monica Juma, que estava fora do país em missão oficial. Informou também o Subcomité que o objectivo da reunião era discutir e analisar o Relatório de Avaliação da Implementação do Plano Estratégico 2009-2012 da Comissão da União Africana, elaborado pelo Consultor Dr. Omar Touray. De seguida apresentou o Consultor ao Subcomité.

XIII APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2009-2012 DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

26. Na sua apresentação, o Consultor explicou que os objectivos e o âmbito da avaliação eram os seguintes:

- i. Avaliação da implementação do Plano Estratégico 2009-2012 da CUA
- ii. Avaliar a capacidade do Plano Estratégico de responder à Visão da UA e mandato da CUA
- iii. Identificar os Pontos Fortes e Fracos do Plano
- iv. Avaliar a relevância e impacto do programa
- v. Identificar as boas práticas e lacunas
- vi. Fazer recomendações sobre a via a seguir.

27. O Dr. Touray informou também a reunião que os pontos fortes e fracos do plano eram os seguintes:

- a) **Capacidade de resposta às Prioridades da UA.** Com 4 pilares, 6 programas, 18 objectivos estratégicos, 74 estratégias e 91 resultados previstos, o Plano Estratégico responde ao mandato da Comissão na medida em que os programas abordam conjuntamente todos os problemas identificados no âmbito do Acto Constitutivo como sendo prioridades de África.
- b) **Clareza do Contexto e Objectivos.** Além de responder à visão da União Africana e ao mandato da Comissão, o Plano também avalia adequadamente os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças enfrentadas pela União Africana. Além disso, o plano articula objectivos adequados.
- c) **Ambição excessiva e Priorização Limitada.** Não obstante a sua capacidade de resposta ao mandato da CUA e a outros pontos fortes citados acima, o plano é muito ambicioso. Implementar 18 objectivos estratégicos, 74 estratégias e alcançar 91 resultados previstos dentro de um período de 4 anos não é realista, especialmente em face das dificuldades de financiamento e restrições de recursos humanos. Além disso, todos os programas foram colocados em pé de igualdade e atribuídos o mesmo nível de prioridade.
- d) **Estratégias vagas e pouco práticas e Distinção limitada entre as estratégias e os resultados previstos.** Algumas das estratégias e objectivos estratégicos identificados no plano ou são muito vagas ou estão fora da competência da Comissão. Da mesma forma, não há praticamente nenhuma diferença entre as estratégias e os resultados previstos. Em todos os quatro pilares, as estratégias são igualmente os resultados previstos.

- e) **Promove a duplicação de esforços.** Há muita duplicação de esforços. Em alguns casos, as nomenclaturas dos programas são diferentes, mas a implementação exige o mesmo curso de acção.
- f) **Atenção inconsistente e inadequada aos detalhes.** Em alguns casos, as estratégias têm sido atribuídas a actores errados. Em outros casos, os actores são totalmente omitidos, e a matriz de implementação não aborda essa lacuna de forma satisfatória.
- g) **Falta de um Plano de Implementação detalhado.** O Plano Estratégico não é acompanhado de um plano de implementação detalhado, e isto tem levado ao uso de uma abordagem baseada em silos pelos departamentos, onde há muita pouca colaboração interdepartamental durante a implementação.

28. Ao concluir, o Consultor fez as seguintes observações:

- a. **Plano de Implementação do Programa.** Em geral, a implementação do programa foi bom, porque, em grande medida, a Comissão foi capaz de implementar os vários programas identificados no Plano.
- b. **Colaboração Interdepartamental.** A evidência existente mostra que a coordenação e colaboração interdepartamental pode ter melhorado em alguns casos, no entanto continua a ser geralmente fraco, e os departamentos continuam a trabalhar em silos.
- c. **Relações com os Estados-membros.** As relações com os Estados-membros têm melhorado, mas uma série de desafios ainda existem. Estes incluem as difíceis relações de trabalho, particularmente no que diz respeito a orçamento, finanças e serviços de conferência (tradução).
- d. **Parcerias.** As parcerias da UA não são apenas politicamente convenientes, também oferecem à UA apoio financeiro vital. No entanto, existem ainda vários desafios. A Estratégia Conjunta África-Europa, por exemplo, carece de envolvimento suficiente no processo de implementação por parte de todos os intervenientes. A estratégia também não dá a devida atenção à dimensão do desenvolvimento. A falta de financiamento específico para os JAES também continua a ser um grande impedimento para a sua implementação.
- e. **Envolvimento dos Parceiros na Planificação.** Embora a CUA e os Estados-membros elaborem os programas prioritários da UA, os parceiros contribuem com mais de 90 por cento dos recursos necessários para os programas da União. Poucos parceiros têm expressado reservas sobre os processos internos que geram os programas prioritários, mas os parceiros sentem que devem ser incluídos na planificação da implementação dos programas.

-
- f. **Comunicação.** A comunicação entre a CUA e os Parceiros não é óptima, e como resultado os dois mantêm expectativas conflituosas.
- g. **Responsabilização.** Há evidências de uma forte vontade política de reforçar a responsabilização e a transparência na Comissão, e os parceiros são de opinião que a Comissão tem feito muito progresso nesta área. No entanto, os Parceiros sentem que o progresso não é suficiente para que apoiem directamente o orçamento da Comissão.
- h. **Dotações Extra-orçamentais.** A capacidade de absorção da CUA constitui outra lacuna importante. Enquanto a CUA lança as culpas aos processos orçamentais da União pelas baixas taxas de execução orçamental que foram registadas ao longo dos anos, os Parceiros e os Estados-membros atribuem a culpa à capacidade de absorção da CUA. As dotações extra-orçamentais tiveram um efeito de distorção sobre a implementação e acompanhamento dos programas da CUA.
- i. **Relações com as CER.** Um desafio para as relações entre a CUA e as CER é a fraca capacidade da CUA para coordenar as actividades das CER, apesar da coordenação entre a CUA e as CER ter registado alguns progressos, particularmente nos últimos anos. Embora as CER reconheçam e aceitem o princípio da subsidiariedade nas suas relações com a CUA, há menos clareza em relação à sua aplicação. Algumas CER são de opinião que a CUA não deve ver-se como uma agência de execução, mas deve sim desempenhar o papel de coordenador.
- j. **Adequação do Financiamento.** Tomando como base o volume de recursos atribuídos aos orçamentos operacionais e de programas, fica claro que os fundos são adequados como orçamentado. No entanto, o problema está no momento em que os fundos são disponibilizados, pois são geralmente recebidos tarde e isto afecta a eficácia dos recursos.
- k. **Contribuições dos Estados-membros.** Os Estados-membros da UA não só contribuem menos para o orçamento de programas (em média 10 por cento), as suas contribuições para o orçamento operacional são muitas vezes feitas tardiamente. Assim, há sempre uma diferença significativa entre a dotação e o desembolso real.
- l. **Capacidade de Absorção da Comissão.** Enquanto a capacidade de absorção da Comissão no que diz respeito ao orçamento operacional é elevada, para o orçamento de programas é baixa, e isto pode ser devido, em parte, ao ciclo orçamental - uma vez que ambos os orçamentos, de programas e operacional, são elaborados dentro do mesmo ciclo orçamental.

-
- m. **Pessoal.** Os 912 funcionários, sendo 518 profissionais e 384 dos serviços gerais, aprovados em Julho de 2011, está longe de satisfazer as necessidades de recursos humanos da Comissão, e o actual número de funcionários da Comissão é inadequado e não permite que a Comissão responda de forma eficaz às necessidades dos programas.
- n. **Impacto.** Quando avaliadas num *continuum* de investimento-impacto, grande parte das actividades que a Comissão levou a cabo é considerada produto (*output*) dessas mesmas actividades. Os impactos dessas actividades não são bons porque estes são determinados por resultados (*outcomes*) que são geralmente considerados processos a nível nacional e regional. A Comissão definiu produtos importantes, mas para que estas actividades tenham um impacto significativo deve haver resultados tangíveis a nível nacional e regional. Produzir e acompanhar estes resultados a nível nacional é a parte mais difícil do *continuum* para a Comissão da União Africana. Isto constitui uma das principais lacunas na implementação do Plano Estratégico.
29. Com base nas observações acima, o Consultor fez as seguintes recomendações:
- i. Por causa das dificuldades enfrentadas em relação ao continuum de investimento, realizações e impacto, o próximo Plano Estratégico não deve ser um Plano Estratégico da Comissão da União Africana, mas um Plano Estratégico da União Africana, cuja implementação irá exigir a plena participação das CER, Estados-membros e outros intervenientes que iriam assumir a responsabilidade de traduzir os produtos em resultados tangíveis a nível regional e nacional.
 - ii. Os Estados-membros e outros intervenientes devem ser adequadamente envolvidos na fase de concepção do próximo Plano Estratégico e as matrizes de implementação de modo que os papéis e responsabilidades sejam definidos desde o início. Isto também irá assegurar que os relatórios sobre as medidas tomadas a nível nacional e regional tornem-se parte integrante da monitorização e avaliação dos programas.
 - iii. Um período de transição de dois anos deve ser acordado para facilitar o desenvolvimento de um plano à escala da União. Provisoriamente, um plano de curto prazo deve ser desenvolvido para servir como uma ponte para o plano à escala da União e fornecer um quadro para as actividades da Comissão durante este período. No entanto, o risco associado a um novo plano de transição é que, além de recursos adicionais que seriam necessários, pode exigir mais tempo de preparação por parte da Comissão, bem como para análise e adopção pelos Estados-membros.
 - iv. Uma alternativa ao parágrafo 3 acima, é a extensão do Plano Estratégico existente por dois anos para permitir que a Comissão conclua uma série de programas que já iniciaram, mas que ainda não foram concluídos. Esta alternativa é atractiva por ser mais eficaz em termos de custos do que a opção de elaborar um novo plano de transição.

- v. O Plano Estratégico de transição deve se concentrar em áreas onde a CUA já desenvolveu um nicho, e onde tem capacidade para implementar e/ou fazer cumprir aos níveis continental, regional e nacional. Estas áreas incluem as seguintes:
- a. **Paz e Segurança:** Reforço das Operações de Apoio à Paz, conclusão das negociações de paz em curso, e lidar com emergências.
 - b. **Comércio e Indústria.** Redução dos obstáculos ao comércio intra-africano; apoio às CER para que possam promover a sua agenda de integração regional; maior coordenação da posição africana nas negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).
 - c. **Assuntos Políticos.** Acompanhar a execução e a incorporação dos instrumentos de governação e de direitos humanos existentes no continente.
 - d. **Agricultura:** Acompanhar os progressos em relação ao Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) a nível regional e nacional e potencializar o apoio internacional para a agricultura no continente.
 - e. **Infra-estruturas e Energia:** Conclusão dos estudos e desenvolvimento dos programas do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA).
 - f. **Assuntos Sociais:** Acompanhar a implementação da Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna, Infantil e da Criança em África (CARMMA) e outros instrumentos jurídicos sobre as metas relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que foram aprovados e assinados pelos Estados-membros.
 - g. **Ciência e Tecnologia.** Consolidação da Universidade Pan-Africana (PAU) e de outras iniciativas de reforço de capacidades.
 - h. **Assuntos Económicos:** Apoiar no reforço de capacidades de análise económica, incluindo a recolha e interpretação de dados/estatísticas a nível nacional e regional; coordenar a implementação do Programa de Integração Mínima (PIM) a nível regional.
- vi. As limitações de capacidade enfrentadas pela Comissão devem ser analisadas com profundidade e soluções de longo prazo identificadas. A este respeito, a CUA deveria, para além do Programa Decenal de Capacitação da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçar as parcerias com outras organizações como a Fundação Africana de

Capacitação (ACBF) com vista a apoiar o desenvolvimento das capacidades na Comissão.

- vii. A União Africana deve usar o 10º aniversário da União Africana para avaliar o Estado da União, a fim de determinar se o *status quo* deve ser mantido ou se grandes reformas estruturais e de processos devem ser realizadas.

XIV. DEBATES E OBSERVAÇÕES DO SUBCOMITÉ

30. Nos debates que se seguiram, o Subcomité elogiou o consultor pelo trabalho bem feito e referiu que as observações e recomendações da avaliação iriam fornecer um contributo importante para a elaboração do próximo Plano Estratégico da UA.

31. O Subcomité fez igualmente as seguintes observações:

- a) A avaliação foi além do seu mandato de avaliar a implementação do programa durante o período de vigência do Plano, pois cobriu a auditoria do desempenho da Comissão.
- b) A avaliação deveria ter apresentado cada actividade que a Comissão planificou levar a cabo durante o período de 2009-2012, o que foi alcançado, o que não foi alcançado e as razões, o que ainda não foi implementado, e as despesas reais em relação ao orçamento previsto.
- c) Concordou com a avaliação de que o Plano Estratégico 2009-2012 foi demasiado ambicioso e fez com que a CUA dispersasse muito as suas actividades.
- d) Relativamente à necessidade de ter uma fase de dois anos de transição, o Subcomité foi de opinião que os Órgãos Deliberativos da UA deveriam aprovar um ano, ou seja 2013.
- e) Houve uma tendência por parte da Comissão de optar pela formação e outras medidas de capacitação oferecidas no estrangeiro, quando as mesmas estão disponíveis em África.
- f) Os Estados-membros têm procedimentos diferentes para a ratificação de instrumentos jurídicos e o ritmo lento verificado não é uma indicação de falta de compromisso.
- g) Quanto à observação de que a maioria das Embaixadas dos Estados-membros carecia de competência para discutir habilmente questões de planificações e orçamentais, considerou-se que esta observação não era correcta.

Respostas do Consultor e da Comissão

32. Na sua resposta às questões levantadas pelo Subcomité, o Consultor fez as seguintes observações:

- a) Não teria sido possível levar a cabo uma avaliação abrangente concentrando-se apenas na implementação do programa. Portanto, foi necessário olhar também para todo o cenário, incluindo os sistemas, processos e meios (por exemplo, pessoal e disponibilidade de fundos).
- b) Uma análise de cada actividade não foi possível, uma vez que o Plano Estratégico 2009-2012 não tem um plano de implementação abrangente e orçamentado.
- c) Outras observações relativas, por exemplo, ao ritmo lento de ratificação dos instrumentos legais, à competência das Embaixadas em relação às questões orçamentais e de planificação, à inadequação de pessoal na CUA, foram suas próprias observações profissionais e foram baseadas nas respostas recebidas dos intervenientes entrevistados durante o exercício.

33. Em resposta a algumas das questões levantadas pelos Estados-membros, a Comissão, por sua vez, indicou a seguinte:

- i. A fase de transição de um ano aprovada pelos Órgãos Deliberativos foi baseada na premissa de que a prática actual de preparar apenas o Plano Estratégico da CUA iria continuar. No entanto, a recomendação para preparar um plano à escala da União exigiria consultas rigorosas e o envolvimento de todos os intervenientes e iria, portanto, exigir mais tempo e recursos.
- ii. A preparação do próximo Plano Estratégico proporcionou uma oportunidade para racionalizar e focalizar as actividades da União em alguns resultados-chave.
- iii. A Comissão irá esforçar-se para utilizar as oportunidades de capacitação disponíveis nos Estados-membros.

XV. RECOMENDAÇÕES

34. Após as respostas do Consultor e da Comissão, o Subcomité tomou nota do relatório sobre a avaliação do Plano Estratégico e decidiu recomendar o seguinte ao CRP:

- a) Que a Comissão, em estreita colaboração com o Subcomité de Programas e Conferências, deve iniciar imediatamente o processo de desenvolvimento de um do Plano Estratégico Alargado;
- b) Que ao proceder assim, as recomendações do Relatório de Avaliação do Plano Estratégico 2009-2012 deve se tomar em conta, em particular, os seguintes aspectos

-
- Envolvimento dos principais intervenientes tais como as CERs, outros Órgãos da UA, Estados Membros, NOCA e Sociedade Civil.
 - O próximo Plano Estratégico deve ser acompanhado por um Plano de implementação abrangente.
 - O próximo Plano Estratégico deve ser acompanhado por um quadro abrangente de monitorização e avaliação

XVI. DISCURSO DE ENCERRAMENTO

35. O Presidente agradeceu aos membros do Subcomité pelas suas deliberações construtivas e encerrou a reunião.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2012

Report of the sub-committee on programmes and conference

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4167>

Downloaded from African Union Common Repository